

DO #VIDASNASFAVELASIMPORTAM AO #NÓSPORNÓS: A JUVENTUDE PERIFÉRICA NO CENTRO DO DEBATE SOBRE POLÍTICA DE DROGAS

Ana Clara Telles¹

Luna Arouca²

Raull Santiago³

1 INTRODUÇÃO: PELA MIRA DO FUZIL

A guerra às drogas afeta diretamente o nosso dia a dia. Para nós, significa escolas fechadas, mudança na rotina, medo de sair de casa, preocupação extrema com o nosso bem-estar e o da nossa família. Em nome dessa guerra, o Estado justifica uma série de violações de direitos contra nós, jovens de favelas e periferias. Mas essa guerra não é nossa. Não fomos nós que declaramos a guerra às drogas. Não fomos nós que decidimos que algumas drogas seriam consideradas legais e outras, ilegais. Mas somos nós que morremos por conta dela (Movimentos, 2017).

No Brasil, a política da guerra às drogas afeta desproporcionalmente as regiões periféricas dos centros urbanos. Não é novidade que as favelas são vistas por parte da sociedade brasileira como territórios da precariedade e da carência, caóticos, violentos, que precisam ser controlados e reprimidos. Nas últimas décadas, a figura do “traficante”, diretamente associada à imagem já estigmatizada das periferias, passou a representar o inimigo número um do país no imaginário popular, acentuando ainda mais o caráter repressivo das políticas públicas que chegam aos territórios favelados.

É pela mira do fuzil que o Estado brasileiro olha para as favelas e periferias. E, no que se refere à política de drogas, a estratégia prioritária adotada pelos governos é a do confronto e a da guerra. As táticas para combater o mercado ilegal de drogas são bem conhecidas por todos: incursões policiais frequentes, fazendo uso irrestrito de armamento pesado, com o objetivo declarado de dismantelar organizações criminosas e apreender substâncias ilícitas. Colocados na linha de frente, os moradores das periferias ficam expostos à violência cotidiana derivada de operações “antidrogas” e de disputas territoriais pelo controle do mercado ilegal. Nesse contexto, seus direitos mais básicos são sistematicamente violados: aulas são canceladas, trabalhadores ficam com medo de sair de casa, comércios e equipamentos públicos fecham as portas. E, o que é pior: centenas de vidas, a maioria delas de jovens negros, são perdidas.

O coletivo Movimentos nasce com o propósito de debater alternativas à atual política da guerra às drogas a partir da perspectiva de quem é mais afetado por ela: a juventude favelada e periférica. Construído a partir de um modelo institucional híbrido, o coletivo foi concebido por jovens ativistas, comunicadores e artistas de diferentes favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) com apoio do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), da Universidade Cândido Mendes

1. Doutoranda no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestra em relações internacionais pela mesma instituição e especialista em análise de políticas públicas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) entre 2014 e 2018, onde coordenou o projeto Movimentos.

2. Formada em serviço social pela UFRJ e mestra em ciência política pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. Pesquisadora do Cesec na área de política de drogas e prisão provisória e coordenadora do Espaço Normal, espaço de referência sobre drogas da Redes da Maré.

3. Ativista social e midiativista no coletivo Papo Reto, coletivo de comunicação independente composto por jovens moradores dos Complexos do Alemão e da Penha. Coordenador do projeto Movimentos, do Cesc.

(Ucam). Desde sua criação, o Movimentos persegue um objetivo duplo: por um lado, levar o debate sobre política de drogas para dentro das favelas e periferias brasileiras; por outro, trazer as vozes, os rostos e os corpos favelados e periféricos para o centro do debate que já está sendo feito em outros espaços.

O objetivo deste artigo é delinear a conjuntura que está por trás da criação do Movimentos; a experiência do coletivo na construção de novos entendimentos sobre política de drogas a partir da perspectiva das favelas e das periferias; e os princípios que acreditamos que devem guiar a busca por políticas mais justas e eficazes no combate ao racismo e às desigualdades que alimentam a guerra às drogas.

2 GUERRA ÀS DROGAS, GUERRA ÀS FAVELAS

Nos últimos anos, o debate sobre política de drogas no Brasil passou por importantes mudanças, ainda que modestas. Dois movimentos destacam-se na história recente do campo antiproibicionista: a articulação entre líderes políticos e personalidades mundiais capitaneada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que culmina na criação da Comissão Global sobre Política de Drogas e no lançamento do documentário *Quebrando o Tabu*, de 2011; e a mobilização de pacientes de maconha medicinal e de seus familiares na luta pela regulamentação do acesso à medicação adequada, processo bem retratado no filme *Illegal*, de 2014.

Sem dúvida, esses movimentos foram cruciais para fazer avançar o debate e para dar fôlego a mudanças na política de drogas. Em janeiro de 2015, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) retirou o canabidiol, princípio ativo da maconha, da lista de substâncias proibidas, empecilho crucial para a importação de medicamentos derivados da *cannabis*. Em agosto do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a discutir a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio. Especialmente no que se refere à maconha medicinal, importantes avanços foram conquistados desde então, a começar pela concessão de *habeas corpus* para que treze famílias possam plantar e produzir o óleo de *cannabis* para finalidades terapêuticas, e pela permissão de registro, junto à Anvisa, do primeiro medicamento à base de derivados da *cannabis*. Mais recentemente, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) anunciou um plano de pesquisa para a produção de *cannabis* para uso medicinal.

No entanto, a despeito desse cenário timidamente animador, no que diz respeito à guerra às drogas e a seus impactos na população pobre e periférica, testemunhamos o retrocesso. Os últimos dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que o Brasil atingiu a marca das 60 mil mortes em 2016. No país com o maior número absoluto de homicídios no mundo, a taxa mais alta de mortes violentas concentra-se na faixa dos 21 anos (Cerqueira *et al.*, 2017). Entre 2005 e 2015, a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos aumentou 17% – isso significa que, nesse mesmo período, 318 mil jovens foram assassinados no país (*ibidem*). Embora não seja possível estimar quantas dessas mortes estão relacionadas às drogas, sabemos que boa parte delas é provocada pela violência causada pelo combate militarizado ao “narcotráfico”.

Só que a guerra às drogas não atinge a juventude de forma homogênea: hoje, no país, os jovens negros têm mais chance de serem assassinados do que os jovens não negros. De cada cem pessoas que sofrem homicídio no país, 71 delas são negras (Cerqueira *et al.*, 2017). E os dados mostram que, em vez de melhorar, essa situação tem se agravado: na última década, a taxa de homicídios da população negra aumentou 18%, enquanto a mesma taxa entre as pessoas de outras raças e etnias diminuiu 12% (*ibidem*). Os custos da guerra às drogas recaem desproporcionalmente sobre os jovens negros, a maioria do sexo masculino.

Olhar para o número de homicídios é apenas uma forma de tentar entender o impacto da “guerra às drogas” na sociedade. Quando consideramos as taxas de encarceramento, o quadro de violência e desigualdade permanece o mesmo. O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, sendo o crime de tráfico de drogas a causa mais recorrente das prisões. Desde a nova Lei de Drogas (Lei nº 11.343, de 2006), o número de presos por tráfico aumentou 339% (D’Agostino, 2015). Assim como no caso dos homicídios, as pessoas negras são impactadas em proporção maior do que o restante da população: ainda que os negros representem pouco mais de 53% da sociedade brasileira, 64% das pessoas presas no país são negras (Brasil, 2016).

E onde a guerra às drogas é travada? Embora as drogas circulem por toda a cidade, somente as favelas e as periferias sentem os impactos violentos do combate ao mercado ilícito dessas substâncias. Dados recentes divulgados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro mostram que a maior parte das prisões em flagrante pelo crime de tráfico de drogas acontece nas periferias da região metropolitana (RM) (Haber, 2018). No Complexo da Maré, conjunto de favelas localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, 41 operações policiais foram realizadas em 2017; em média, uma operação a cada nove dias (Redes da Maré, 2017). Nesse mesmo ano, os confrontos armados vitimaram 42 pessoas na Maré e deixaram mais 57 feridos; ao todo, foram 45 dias sem atividades nos postos de saúde da região e 35 dias em que as aulas foram suspensas.

E o que aconteceu no Complexo da Maré em 2017 não é a exceção, mas a regra: dados similares foram coletados pelo coletivo Papo Reto para a região do Complexo do Alemão, também na Zona Norte.⁴ Nessa mesma linha, estatísticas sistematizadas pelo Observatório da Intervenção, do Cesec, mostram que a recente intervenção decretada pelo governo federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro investe prioritariamente nas operações policiais em favelas e periferias, com recorde no número de mortes.⁵ Não à toa, nos últimos anos, popularizou-se, nas redes sociais, a *hashtag* #vidasnasfavelasimportam, com o objetivo de dar visibilidade às violações cometidas no contexto da militarização cotidiana das periferias em nome do “combate às drogas”.

Tudo isso mostra que os impactos da guerra às drogas recaem sobre a sociedade de maneira seletiva e desigual. Embora as drogas sejam ilegais para todos, escolhemos prender e matar os jovens negros e moradores das favelas e das periferias das nossas cidades. A raiz desse problema está na própria forma como construímos nossas políticas de drogas: apostando na repressão ao varejo do tráfico e na violência contra a população pobre, negra e periférica como forma de lidar com o uso dessas substâncias.

Por isso mesmo, faz-se necessário aprofundar o debate sobre as consequências da guerra às drogas nos territórios periféricos e favelados. Mas, ainda mais importante, é preciso abrir espaço para que aqueles e aquelas que mais sofrem os impactos da guerra às drogas tomem a frente no debate sobre mudanças nas políticas de drogas, tornando-se os seus protagonistas.

3 DO #VIDASNASFAVELASIMPORTAM AO #NÓSPORNÓS

O Movimento nasceu da necessidade de criar espaços em que a perspectiva da juventude favelada e periférica sobre política de drogas fosse colocada em primeiro plano. Com esse objetivo em mente, em maio de 2016 o Cesec reuniu dez jovens de favelas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador para participar de uma oficina de formação três dias sobre política de drogas no Rio de Janeiro.

4. Ver o *site* institucional do coletivo, disponível em: <<https://goo.gl/eJfq6F>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

5. Disponível em: <<https://goo.gl/kGfulS>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Desde então, o grupo reúne-se periodicamente para construir ferramentas e pensar atividades sobre política de drogas a partir da perspectiva das favelas e das periferias.

Nos dois primeiros anos de existência, o coletivo participou de debates, seminários e programas de TV e rádio; deu aulas e oficinas sobre o tema em escolas públicas e particulares, pré-vestibulares comunitários e projetos sociais; promoveu eventos educativos e culturais junto a coletivos e grupos organizados de favelas; e conduziu uma pesquisa qualitativa com trinta jovens-lideranças de diferentes favelas da cidade do Rio de Janeiro para conhecer o que eles pensam sobre o tema. Além disso, o grupo criou a cartilha *Movimentos: drogas, juventude e favela* (Movimentos, 2017). Pensada e construída de forma colaborativa, a publicação reúne os principais dados e informações sobre política de drogas em linguagem acessível, com o objetivo de auxiliar a introdução desse debate em escolas, coletivos e projetos sociais dentro e fora das favelas.

No final de 2017, o Movimentos organizou uma imersão de três dias com jovens de favelas e periferias de todo o Brasil para começar a construir uma agenda nacional da juventude periférica sobre política de drogas. Assim nasceu o 1º Movimento-se, encontro da juventude periférica para debater política de drogas, que reuniu 25 jovens de dez estados diferentes e que atuam em coletivos, instituições e iniciativas comunitárias nos temas de direitos humanos, segurança pública, racismo e juventude. A partir desse encontro, foram sistematizadas 21 propostas abrigadas em seis eixos de atuação: *i)* empoderamento da juventude periférica; *ii)* democratização da mídia; *iii)* participação popular; *iv)* investimento em educação e cultura; *v)* fortalecimento da redução de danos; e *vi)* fiscalização da atuação policial.

As propostas formuladas pelos participantes do 1º Movimento-se deixam claro que, quando os protagonistas do debate mudam, as prioridades também se transformam. Uma das primeiras lições aprendidas nos dois primeiros anos do Movimentos foi a de que falar sobre política de drogas com e a partir da perspectiva das favelas e das periferias significa abordar temas mais amplos e complexos, que incluem: a dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade para quem faz uso problemático de drogas; a ausência de políticas públicas para a juventude dos territórios periféricos; os desafios de comunicar sobre a necessidade de mudanças política de drogas em um contexto de concentração da mídia nas mãos de poucos e influentes veículos; a necessidade de repensar o papel das polícias na sociedade brasileira e sua atuação em favelas e periferias, entre muitas outras questões.

Além disso, também aprendemos que não é possível debater política de drogas sem discutir racismo, criminalização da pobreza e desigualdade como questões centrais e estruturantes, visto que são fenômenos que andam lado a lado com a guerra às drogas, reforçando-a ao mesmo tempo em que se alimentam dela. Ainda que os movimentos sociais tenham sempre sido parte importante do campo antiproibicionista nos últimos anos, é possível atestar o florescimento de inúmeras iniciativas voltadas para o debate racial e de gênero dentro do campo da política de drogas, como é o caso da Iniciativa Negra por Uma Nova Política de Drogas (INNPD) e da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa). O processo de criação e consolidação do Movimentos insere-se em um contexto de ampliação da participação de coletivos e organizações de base no debate sobre política de drogas a partir de uma perspectiva interseccional, que entende a discussão sobre múltiplas desigualdades crucial para se pensar novas políticas de drogas.

Por isso mesmo, o Movimentos acredita que, para que mudanças nas políticas de drogas tragam impactos positivos para a vida dos moradores de favelas e periferias, é necessário ir além da discussão

sobre descriminalização e regulação. É preciso pensar modelos alternativos que assegurem inclusão e participação de populações historicamente marginalizadas e diretamente impactadas pela guerra às drogas; que fortaleçam serviços e políticas públicas efetivas nos territórios periféricos; que deem oportunidades e perspectivas para a juventude das favelas e periferias; e que reparem os danos materiais, físicos e psicológicos de décadas de políticas fracassadas.

Exemplos atuais mostram-nos que reformas nas políticas de drogas, por si só, não dão conta de toda uma conjuntura de desigualdades e violências de natureza social e racial relacionadas à guerra às drogas. Nos Estados Unidos, em que nove estados já legalizaram o mercado de maconha, as experiências de regulação nem sempre têm trazido mudanças na vida das pessoas que mais eram impactadas pela guerra às drogas. É o caso do estado de Washington, em que as restrições para que pessoas que já foram condenadas por crimes relacionados a drogas participem do comércio legal têm feito com que a parte da população diretamente impactada pela proibição seja excluída do processo de legalização (Can convicted..., 2017). O mercado, agora legalizado, passa de mãos: da juventude pobre, majoritariamente negra e latina, envolvida no mercado clandestino, aos jovens empresários, em geral brancos, que nunca precisaram sujar suas mãos. Não à toa, na Califórnia, último estado norte-americano a aprovar a regulação do mercado da maconha, as discussões sobre políticas de reparação para os impactos sociais e raciais da proibição têm se tornado centrais – puxadas, sobretudo, por movimentos sociais atentos aos problemas das experiências anteriores.

Esses exemplos deixam claro que, para que reformas nas políticas de drogas de fato tragam efeitos positivos para as favelas e as periferias, é preciso fazer um esforço consciente e determinado a construir modelos que lidem diretamente com as desigualdades. E nós, do Movimentos, acreditamos que, para que isso aconteça, é preciso colocar as favelas e as periferias no centro do debate, como protagonistas. A juventude periférica é ativa, engajada, conectada e informada, e circula por diferentes espaços das cidades. Investir em lideranças jovens de favelas e periferias é a melhor estratégia que temos à mão para construir alternativas à atual política de drogas que de fato tragam impacto positivo a quem mais sofre com a guerra às drogas.

É o #nóspornós: “nada sobre nós sem a nossa participação”.

4 CONCLUSÃO: FAVELA É POTÊNCIA

A guerra às drogas afeta diretamente o cotidiano das favelas e das periferias. Em nome do “combate às drogas”, os governos justificam uma série de violações de direitos contra seus moradores e, especialmente, contra sua juventude. Mas, em meio a um cenário de desigualdades, racismo e violência, as favelas e as periferias seguem inovando e sobrevivendo com muita criatividade e inteligência. Todos os dias, novas ferramentas são criadas e novas soluções são pensadas para dar conta de um contexto de ausência de políticas públicas e de presença ostensiva do braço violento do Estado.

As periferias são o centro, não a margem. É núcleo que fervilha soluções e mantém as cidades vivas e funcionando. Por isso, elas têm de estar no centro de processos que discutem mudança. Se queremos novas políticas de drogas que rompam com relações sociais históricas fundadas no racismo, na desigualdade e na violência, precisamos abrir espaço para que as favelas e as periferias tomem a dianteira nessa discussão.

A partir da nossa pesquisa realizada junto a trinta jovens-lideranças de favelas da cidade do Rio de Janeiro, sistematizamos seis pistas que podem ajudar a guiar o debate sobre política de drogas

feito dentro e a partir das periferias.⁶ São elas: *i*) a lógica da guerra que permeia as políticas de drogas atuais precisa estar no centro do debate; *ii*) para falar sobre política de drogas, é necessário abordar o racismo, a desigualdade e a criminalização da pobreza que atuam na sua base; *iii*) é preciso construir formas inovadoras de falar sobre drogas com as favelas; *iv*) o debate sobre política de drogas nas favelas e nas periferias deve ir além da descriminalização e da legalização; *v*) as religiões e os demais espaços de manifestação da espiritualidade devem ser incluídos no debate, em vez de relegados; e *vi*) a juventude pode e deve ser ator-chave nesse processo.

O objetivo deste artigo foi justamente mostrar que a juventude favelada e periférica está organizada e preparada para ocupar esse debate. Felizmente, o Movimentos é uma iniciativa entre muitas outras criadas por jovens das favelas e das periferias brasileiras que florescem dia após dia com sede por transformação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: MJ, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/7BXMSJ>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- CAN CONVICTED felons get a cannabis business license? **Leafly**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/9yktT2>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/sNSSXv>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- D'AGOSTINO, R. Com Lei de Drogas, presos por tráfico passam de 31 mil para 138 mil no país. **G1**, São Paulo, 24 jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/mQCGkB>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- HABER, C. (Coord.). **Relatório final da pesquisa sobre sentenças judiciais por tráfico de drogas na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/vE2r5d>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- MOVIMENTOS. **Movimentos: drogas, juventude e favela**. [s.l.]: Movimentos, 2017.
- REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/rQwpUX>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

6. Para ter acesso à pesquisa, visite: <<https://goo.gl/xsy97E>>. Acesso em: 19 nov. 2018.



Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Ipea

Revisão e editoração

Editorar Multimídia

Capa

Herllyson da Silva Souza

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br



